

BIBLIOTECAS

CATÁLOGO DA MISCELÂNEA E DOS MANUSCRITOS DA COLEÇÃO LAMEGO (III).

(Continuação).

MANUSCRITO 11.

“Projet d'un Ouvrage a Couronne Proposé a Construire sur l'hauteur derrière la Forteresse de St. Cruz situé a l'Est de l'entrée du Port de Rio de Janeiro” em 8 de março de 1769. Segue-se a assinatura do engenheiro construtor Jacques Funk. “Observations Additionales aux Cimes des deux Picos qui couvent les Ailes de l'Ouvrage ici Preposé”. Composta de 10 fôlhas s/n e 4 planos ou mapas muito bem aquarelados e feitos à mão, desdobráveis que representam:

1.º “Plan de Presqu'Isle de St. Cruz avec l'Ouvrage Proposé”. 2.º “Construction de l'Ouvrage a couronne”. 3.º “Profil coupé au milieu de l'Ouvrage a Couronne par la Ligne ML du Plan”. 4.º “Faciade de l'Ouvrage a Couronne du Oté de Campagne”. E' o próprio original.

MANUSCRITO 12.

- 1). — Carta escrita pelo príncipe de Portugal, D. João, ao arcebispo de Nisibi, datada de Queluz a 5 de novembro de 1800, comunicando ao prelado o recebimento de carta dêste, bem como um exemplar do elogio fúnebre tecido pelo sacro colégio cardinalício, em memória de Pio VI a quem muito o Príncipe elogia.
- 2). — Carta escrita pelo rei de Portugal, D. João VI, ao cardeal Gonsalvi, datada do Rio de Janeiro de 18 de agosto de 1819, em que o rei agradece ao religioso a carta de saudações recebida por ocasião do Natal.
- 3). — Carta da Rainha de Portugal, D. Maria II, ao cardeal Grimaldi, datada do Palácio das Necessidades a 2 de março de 1842, agradecendo saudações recebidas pela passagem do Natal.
- 4). — Carta do rei D. Fernando de Portugal ao Cardeal de Angeli, datada do Palácio das Necessidades em 23 de março de 1843, agradecendo as saudações recebidas no Natal.
- 5). — Cartas de reis portugueses, D. Maria II, D. Fernando, D. Pedro V, D. Luis e de D. Pedro II do Brasil, D. Teresa Cristina, D. Isabel, princesa Imperial a cardeais da Igreja Católica, agradecendo mensagens de Boas Festas.
- 6). — Carta autógrafa do Conde d'Eu, Gastão de Orleans a D. João Esberard, de Petrópolis, a 23 de dezembro de 1886.

- 7). — Fac-simile de uma carta de D. Pedro II dirigida ao Cons. Paulino de Sousa a 19 de março de 1870.

MANUSCRITO 13.

Suplemento.

- 1). — Data da protecção à praça de Elvas (1764), do pedido do Estremoz para ser elevada de vila a cidade (1778), da protecção a Estremoz (178..), da guerra entre Espanha e França (1794), da retirada de tropas portuguesas do Principado da Catalunha (1795), do encontros de Carlos IV com o Príncipe do Brasil (1796), da criação das duas provedorias de Aviz e vila Viçosa e sua história (1573). Traz uma lista (catálogo) dos comendadores-mores da ordem de Aviz (1226-1511).
- 2). — Circular ao Sr. Juiz de Paz de Vila de Macaé, assinada por José Augusto Gomes Meney, relativa aos boatos da expiração da escravatura, por ocasião do ato da coroação de D. Pedro II. Cabo Frio, 5 de junho de 1841. Original.
- 3). — Licença de Sorte de José de Azevedo Rebelo, assinada pelo licenciado Gonçalo Bandeira Maldonado. Lisboa, ano de 1621. Original.
- 4). — Proposta que o Agente do Duque de Bragança, Dom Teodósio (segundo do nome), assistente em Roma, fêz ao papa Xisto V, sobre o priorado de Orem, e resposta do Santissimo Padre ao mesmo Agente e réplica dêste com nova resposta do Papa. Sem data. Cópia.
- 5). — Cópia do Decreto de S. Magestade para os equivalentes aos cargos suprimidos, passado em Lisboa a 12 de novembro de 1742.
- 6). — Petição do Tesoureiro e Administradores da Rda. Fábrica Patriarcal da Santa Igreja de Lisboa sobre se por o dinheiro que levam dos juros na fazenda geral. Com decreto de S. M. de 20 de fevereiro de 1743.
- 7). — Decreto de S. M. rei de Portugal concedendo ao Bispo de Lamego, D. Fr. Feliciano de N. Senhora a mercê de poder nomear um executor leigo e da jurisdição secular para receber as rendas do bispado. Cópia. Sem data.
- 8). — Carta do Dr. Francisco Feliciano a sua tia, Dona Joana de Noronha. Comunica ter sido praticada uma caridade, por se terem feito concessões à Igreja. Assinatura ilegível. Goa, 3 de janeiro de 1630. Original.
- 9). — Minutas das cartas do Príncipe do Brasil à princesa sua mulher e da Princesa das Astúrias ao príncipe seu espôso, relativas à união de ambos. Sem data.
- 10). — Informação sobre D. Miguel da Silva, fidalgo da Casa do Rei, antigo bispo de Vizeu, sobre o seu juramento de fidelidade. Sem assinatura. Sem data. Original.
- 11). — Comunicado assinado por Dom Prior João Roiz, superior, Antônio de Faria e Gonçalo de Murches, sobre financiemen-

- to e alimentação do Convento da Ordem do Santiago, com as rendas de foros, tributos, cursos, pensões de pão, vinho, dinheiro, azeite, aforamentos de Sesmarias da vila de Santiago, a serem recebidas pelo Prior da Comunidade. Possui ainda os regimentos do govêrno da casa, das contas que pertencem a casa, missas e festas a serem realizadas. Lisboa, 4 de junho de 1629. Original.
- 12). — Informês sôbre José Soares, natural da cidade de Évora e pretendente ao hábito de S. Francisco. Assinado por Frei Feliciano dos Anjos. Lisboa, 31 de dezembro de 1737. Original.
- 13). — Inquirição sôbre o irmão José Soares, pretendente ao hábito de religioso de São Francisco de Évora. Acompanhada de uma carta de Frei Antônio dos Arcanjos, de 31 de novembro de 1737, a Frei Feliciano dos Anjos.
- 14). — Requerimento de José Soares ao Vigário Geral solicitando a certidão do batismo relizado na Igreja de Santo Antão, de Évora. Com despacho de 7 de janeiro de 1738. Acompanha a certidão datada de 8 de janeiro, de 1738.
- 15). — Formulário dos diplomas de que usa o Soberano no Expediente dos negócios relativos ao Govêrno e Administração interna do Estado tais como: cartas de lei, alvarás, cartas patentes, decretos, provisões, portarias e avisos. Formulário das cartas que S. M. usa para com os Soberanos estrangeiros. Formulário das cartas. Carta para o Papa, para Cardeais, para o Rei de Marrocos. Formulário dos tratamentos com os quais se deve escrever e falar aos soberanos do Reino e as pessoas da Real Família, segundo as disposições da lei de 16 de setembro de 1597. Formulários das Cartas Régias para as pessoas das diferentes hierarquias do Reino: duques, Rei-tor da Universidade de Coimbra, lentes, deputados e mais pessoas do cláustro pleno da Universidade de Coimbra, pessoas que tem Cartas do Conselho, pessoas que não tem tratamento. Formulário para Cartas Régias no tempo das regências. Formulário do tratamento de que usam os Ministros e secretários do Estado escrevendo as pessoas ou Corporações das diversas hierarquias do Reino. Tratamento de Eminência. Pessoas a quem toca o tratamento de Excelência, segundo a lei em vigor. Tratamento de Senhoria e Ilustríssima, tratamento de Paternidade, Reverendíssima. Sem data.
- 16.) — Trechos dos livros 1, 2, 3, 4, 5 e 6 da "De Re Militari"; trechos copiados do latim, com a respectiva tradução. Em 16 parágrafos.
- 17). — Carta de João Francisco de Oliveira escrita a 21 de abril de 1801 ao Ilmo. e Exmo. Sr. Duque de Lafões, sôbre provimento das boticas dos hospitais militares do Exército. Conferida no Registro do expediente da secretaria do dito hospital, assinada pelo secretário Joaquim Bernardo Roiz de Oliveira. Quartel General de Abrantes, 19 de agôsto de 1801. Cópia.

- 18.) — Da Real Junta do Comércio, circular assinada: José Manuel Plácido de Moraes, Antônio José da Mosa, Luís Antônio Rebelo, José Antônio Gonçalves, sobre o requerimento de João José Le Cocq pedindo licença para estabelecer uma Fábrica de construção de máquinas de Física, Matemática e Marinha. Lisboa, 7 de novembro de 1825. Cópia.
- 19.) — Resposta do Governo presidido pela Infanta D. Isabel Maria remetida à Junta do Comércio, assinada por José Joaquim de Almeida e Araújo Correa de Lacerda e datada de Lisboa a 31 de maio de 1826. Aceita o pedido de João José Le Cocq sobre a instalação da Fábrica de Construção, objetando somente quanto ao lugar do estabelecimento da mesma. Cópia.
- 20.) — Carta de Marino Miguel Franzini ao Procurador Fiscal, acusando o recebimento da ordem real quanto ao pedido de João J. Le Cocq concedendo-lhe privilégios e impondo-lhe condições. Fala ainda sobre as vantagens advindas desse estabelecimento. Lisboa, 22 de setembro de 1825. Original.
- 21.) — Carta de João José Le Cocq a Manuel Maria da Costa e Sá, sobre o local do estabelecimento da Fábrica requerida à Junta do Comércio. Lisboa, 22 de junho de 1826. Original.
- 22.) — Carta de João José Le Cocq a Manuel Maria da Costa e Sá, de Lisboa, a 15 de julho de 1826 sobre o mesmo assunto.
- 23.) — Minuta de uma carta de membros ao tribunal da Real Junta do Comércio, sobre a concessão relativa ao estabelecimento da fábrica acima mencionada, datada de 20 de outubro de 1825. Com cinco rubricas.
- 24.) — Requerimento de João José Le Cocq solicitando ao Rei aprovação para a instalação da fábrica. Lisboa, 22 de agosto de 1825. Original.
- 25.) — Informações dadas ao Rei por Antônio Mânsio Ramos Caldeira, sobre o local destinado a instalação da fábrica. Lisboa, 12 de outubro de 1825. Original.
- 26.) — Ordem da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, rubricada por Manuel Maria da Costa e Sá, Luís Antônio Rebelo, José Antônio Gonçalves, mandando verificar a quem pertence o terreno e qual o destino das máquinas da antiga officinal do Capitão Mateus, no Sítio do Tesouro. Lisboa, primeiro de outubro de 1825. Original.
- 27.) — Petição de João José Le Cocq ao Rei de Portugal, solicitando a devolução dos documentos. Lisboa, 3 de março de 1828.
- 28.) — a) Atestado de habilidade de J. J. Le Cocq assinado por Luís da Silva Mousinho de Albuquerque tendo como testemunho o tabelião ajudante Antônio de Almeida Santos. Lisboa, 17 de maio de 1825.
b) Atestado do professor Fouillet, de Física, da Faculdade das Ciências de Paris, a 15 de outubro de 1823.
c) Atestado de conclusão do curso assinado pelo professor de química da Faculdade das Ciências de Paris. Sem data.

- d) Pede o Conde de Subserra a presença de J. J. Le Cocq, ao Brigadeiro inspetor das oficinas do Exército, Manuel Ribeiro de Araújo e a Frederico Luís Guilherme Varnhagen para examinar as máquinas de João Plácido Baldi. Palácio da Bemposta, 31 de março de 1824. Cópia.
- 29). — Plano de um estabelecimento e Fábrica de Máquinas para toda economia e utilidade de Arsenal Real de Marinha. Plano do local, dos móveis, das despesas correntes, outras obrigações do Inspetor dos Aprendizes, privilégio da fábrica. Pagamento das obras para o govêrno, das obras dos particulares, ordenado do Inspetor. Sem data. Cópia.
- 30). — Petição de João Plácido Baldi ao Rei de Portugal, sobre o pedido de um partido de seiscentos mil réis anuais para o Arsenal Real dos Exércitos e posto honorário de 2.º Tenente do Real Corpo de Engenheiros.
- 31). — Informação referente ao pedido de emprêgo no Real Serviço, de Plácido Baldi, assinado por Marino Miguel Franzini. Lisboa, 6 de novembro de 1825.
- 32). — Da Junta do Comércio ao Rei, com rubricas de José Manuel Plácido de Moraes, Antônio José da Mosa, Luís Antônio Rebelo, José Antônio Gonçalves, sobre as vantagens de empregar João Plácido Baldi — sob as ordens de Luís da Silva Mousinho de Albuquerque, Provedor da Casa da Moeda para que enquanto isso adquira conhecimento de física e matemática teóricas. Lisboa, 29 de novembro de 1825. Original.
- 33). — João José Le Cocq expressa sua opinião em vista do pedido de S. Majestade pelo Tribunal da Real Junta do Comércio em despacho de 26 de setembro, sobre o aproveitamento de João Plácido Baldi, e seu ordenado, assinada por João José Le Cocq. Lisboa, 24 de outubro de 1825. Original.
- 34). — Extrato da Consulta da Real Junta do Comércio de 26 de abril de 1825, sobre o requerimento de João Plácido Baldi e resultado dos exames feitos das máquinas da invenção do referido requerente e as resoluções tomadas. Com a rubrica do Rei. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 19 de setembro de 1825. Cópia.
- 35). — Relação de 3 tipos de máquinas. Sem data. Original.
- 36). — Resposta dada ao Conde de Barbacena do Régio aviso de 31 de março de 1824, pelo qual o Rei nomeava uma comissão para examinar as máquinas de invenção de João Plácido Baldi. Assinada por Manuel Ribeiro e Araújo, Frederico Luís Guilherme de Varnhagen, João José Le Cocq. Lisboa, 12 de fevereiro de 1825. Original.
- 37.) — Pedido de João Plácido Baldi para ser empregado no Arsenal Real dos Exércitos e um posto honorário de 2.º tenente do Real Corpo de Engenheiros para poder executar as máquinas de sua invenção. Segue juntamente a relação das máquinas por êle inventadas e suas utilidades. Assinado por João Plácido Baldi. Sem data. Original.

- 38). — Informação solicitada pelo Rei relativa ao requerimento de Jorge Taylor, inglês de nascimento, pedindo licença para abrir uma fábrica de chita, algodão e lã, assinada pelo deputado José Antônio Gonçalves. Lisboa, 7 de outubro de 1823. Original.
- 39). — Declaração de D. Miguel como rei de Portugal, sobre a permanência de uma mercadoria na Alfândega pertencente a um certo Larcher e Cunhado, mercadoria esta própria para a elaboração da Real Fábrica, assinada pelos deputados: José Américo das Neves e Luís Antônio Rebelo. Lisboa, 27 de julho de 1831. Original.
- 40). — Requerimento de José Teixeira, coronheiro, solicitando permissão para estabelecer-se com engenho de descascar arroz, café ou outros gêneros a descascar ou reduzir a pó. De Lisboa, a 22 de julho de 1805. Original.
- 41). — Requerimento do mesmo ao Rei solicitando Provisão para poder ocupar oficiais de diferentes officios para construção de máquinas. Com data de 14 de agosto de 1814.
- 42). — Atestados (3) em abôno de José Teixeira, assinados respectivamente por Carlos Antônio Napion, Coronel do Regimento de Artilharia da Côte (Lisboa, 13 de dezembro de 1802), José Caetano Silveira, capitão de Artilharia do Arsenal Real do Exército (1 de dezembro de 1804) e José Caetano Vaz Parreiras, capitão de Artilharia do Arsenal Real do Exército (27 de outubro de 1804).
- 43). — Atestado de capacidade de José Teixeira (refere-se ao lugar de batismo e filiação), assinado pelo escrivão do officio Germano Antônio Gonçalves, em nome do Senhor do Officio Pedro Xavier Ferreira. Lisboa, 13 de setembro de 1792. Licença dada a J. Teixeira para exercer o officio de coronheiro referindo-se às obrigações jurídicas do mesmo. Lisboa, 13 de setembro de 1792. Reconhecida por vários membros proprietários de fábricas, registrada no Registro de Chancelaria em Lisboa a 17 de setembro de 1792. Assinada por José Joaquim de Miranda, consertada por Joaquim M. Gomes de Carvalho. Cópia.
- 44). — Requerimento em que Jorge Taylor, inglês, naturalizado português pede alvarás ao Rei para exercer a profissão de Engenheiro, montar indústrias e admitir aprendizes. Lisboa, 23 de setembro de 1823. Original.
- 45). — Regimento para a administração e distribuição da Fazenda da Basilica Patriarcal de Santa Maria que de conselho e consentimento da Rainha Fidelissima D. Maria I, nossa senhora ordenou Joseph II, principal primário patriarca eleito de Lisboa e Vigário Capitular da sede vacante, etc. Lisboa, ano de 1788. Original.

MANUSCRITO 14.

- 1). — Representação da Câmara da Vila Real de Sabará, Capitania de Minas Gerais, dirigida à rainha D. Maria I, em 7 de agosto de 1777.

Os vereadores expõem pormenorizadamente em que condições foi renovado o subsídio voluntário, narrando a pobreza da terra e a decadência das minas, que já teriam exposto ao Conde de Valadares, governador que sem lhes dar ouvidoria teria apresentado uma outra versão ao falecido rei D. José. Finalizando, pedem à rainha que observe com piedade a vexação de um povo fiel e agradecido.

Anexo n.º 1

Cópia da carta do rei D. José, escrita em Belém a 16 de dezembro de 1755, ao Juiz, Vereadores e Oficiais da Câmara da Vila de Sabará para o estabelecimento da contribuição do subsídio voluntário. Na carta é explicada a razão pela qual pede-se o subsídio voluntário deixando o Rei a critério das Câmaras o modo pelo qual se faria a cobrança.

Anexo n.º 2

“Cópia do termo do estabelecimento do subsídio voluntário”. Em 10 de julho de 1756, os procuradores das Câmaras de Mariana, Vila Rica, Vila Real de Sabará, Vila de São João del Rei, Vila Nova da Rainha, Vila de São José, Vila do Príncipe de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui, estipulam o subsídio voluntário pelo tempo de 10 anos. O documento apresenta o método pelo qual deveria ser cobrado o subsídio voluntário. Declaram que findos os 10 anos ficará *ipso facto* cessado o referido subsídio, sem que para isso se recorra ao Governador.

Anexo n.º 3

“Cópia do auto de Vereação dos Juizes e Oficiais da Câmara com assistência de oito homens da Governança no qual se ampliou o subsídio voluntário”. Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará em 19 de outubro de 1768. Estabelecem novo subsídio, pelo prazo de 10 anos, tão somente, a partir de 1.º de janeiro de 1769. Apresentam o método pelo qual deveria ser cobrado o subsídio voluntário, atendendo a “decadência em que estavam os Povos dêste distrito”.

MANUSCRITO 15.

- a) Requerimentos do Provincial da Ordem do Carmo da Bahia sobre as missas que a sua Ordem deixou de rezar conforme o compromisso de legados, despachos, cartas régias, relações de todos os bens pertencentes aos Conventos da sua Província, números de frades e relação de todos os legados de missas, etc. Papéis originais de 38 fls. e de grande importância para o estudo da Ordem do Carmo da Província da Bahia.
- b) Requerimento de Frei Antônio da Vitória, Prior da Província da Conceição do Rio de Janeiro, pedindo para completar o número de 400 frades. E acompanhado de mapas da mesma Província, com a graduação de cada um dos religiosos.

das suas filiações de que a dita província se compõe, dos 13 conventos, aldeias, ordens, terceiras erectas fora dos conventos, a lista dos religiosos que faleceram e transitaram na Província desde 31 de Julho de 1777, em que se concedeu a faculdade de receber 50 noviços, com os nomes dos falecidos. Assinados por Frei Fernando de São José Menezes em 16 de outubro de 1784 e pelo prov. Frei Antônio da Vitória. Original de 14 páginas.

MANUSCRITO 16.

- 1). — Carta do Governador do Rio de Janeiro, General Matias Coelho de Souza, em resposta a carta de Marco Antônio Azevedo Coutinho, dizendo haver cumprido as suas ordens, seguindo a lista fornecida e que as municações e gêneros foram transportados, logo que chegaram para a nova colônia, em sua maior parte na fragata "Atalaia" conduzida pelo Brigadeiro José da Silva Paes, e que partiu com escolta pela ilha de Santa Catarina. Rio de Janeiro, 17 de setembro, de 1743. Original.
- 2). — Francisco Xavier de Melo Furtado escreve ao Corregedor do Crime do Bairro da Rua Nova, para que este mantenha prêso Don Joseph de Melo Manuel, antigo governador da Ilha de Santa Catarina, que vem numa frota para o Rio de Janeiro. Paço, 5 de agosto de 1763. Original.
- 3). — Carta do General S. Fraser encontrada entre os papéis de Martinho de Melo o que faz supor que a carta fôsse a êle dirigida, também escrita em francês, referindo-se ao mau estado em que se encontravam as tropas do reino de Portugal. Lisboa, 21 de maio de 1767. Original.
- 4). — Carta do General Edward Smith achada nos papéis de Martinho de Melo o que se presume ser a êle dirigida. Escrita em francês e trata do mau estado das tropas do Reino de Portugal. Lisboa, ... 1769. Original.
- 5). — Carta escrita por Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Corregedor do crime, tratando de questões sôbre a prisão de Joseph de Melo Manuel, antigo governador da Ilha de Santa Catarina. Nesta mesma carta no *post-scriptum* diz que o Arcebispo deveria mandar soltar a Carlos Caetano de Souza, por ordem de S. M. e que se achava prêso em uma das cadeias de Limoeiro. Paço, 5 de agosto de 1763.
- 6). — Cartidão ou comunicado expedido por frei Lourenço de Monte Abbodilo, missionário e vice-prefeito do Real Hospício de Nossa Senhora da Piedade da cidade da Bahia, dizendo ter recebido do procurador frei Boaventura de Veneza, prefeito das Ilhas de São Tomé e Príncipe, um moleque de nome Antônio e um altar portátil tudo pertencente à missão de São Tomé; traz também uma grande lista de paramentos e material necessários a um altar e que seguiram com o mesmo. Bahia, a 18 de maio de 1794. Texto original contendo o sêlo da ordem.

- 7). — Clemente Pereira escreve a seu irmão narrando fatos pessoais e outros ocorridos no Maranhão. Muito pessimista, narra as perdas monetárias sofridas e a falta de boa vontade de seus superiores que não reconheciam o seu grande empreendimento. Termina pedindo ajuda ao irmão e contando a aventura de dois oficiais, assim como também a situação do Maranhão. Oeiras do Piauí, 4 de dezembro de 1762. Original.
- 8). — Carta escrita pelo Pe. Antônio Soares do Babo, vigário de Paraíba dirigida ao seu bispo queixando-se do procedimento dos frades que levam vida libertina e acusa a um tal Frei Francisco de homem depravado. A seguir narra fatos referentes aos mesmos e já no fim, pede, se possível, as suas transferências para outro convento. Pede perdão pela franqueza e sigilo das suas acusações. Paraíba, 5 de abril, de 1760. Original.
- 9). — Recibo escrito por Agostinho Joseph da Costa tratando das despesas feitas por esse homem e outros companheiros com referência ao resgate de vinte cativos de um navio que havia chegado com escravos. Indica a quantia das despesas e jura pelos Santos Evangelhos serem essas despesas verdadeiras e das quais não foi tirado recibo. Não indica o local. Data: 4 de novembro de 1764. Original.
- 10). — Carta do Secretário de S. M. tratando de como se devem comportar os Srs. Comissários Agostinho José da Costa e Estácio Manuel de Aragão Carneiro no resgate que vão fazer no pôrto de Tânger. Recomenda que conforme o combinado deverão tratar com o judeu Jaime Toledano e Francisco Vanês no Império de Marrocos, que deverão entregar os vassallos por uma certa quantia. Manda que seja retirada a quantia do Erário Real. Traz ainda referências geográficas à região das costas Norte da África e trata de questões de preço e resgate das pessoas assim como também recomenda cautela nas negociações. Original.
- 11). — Carta de D. Luís Antônio de Souza, governador da Capitania de São Paulo a Martinho de Melo e Castro na qual reclama as pretensões de D. Antônio de Toledo Lara, novo governador do Bispado, que desejava inovações até então nunca feitas. Trata também de uma maneira geral da administração da capitania com referência ao bispado. São Paulo, 11 de dezembro de 1772. Original.
- 12). — Carta de D. Luís Antônio de Souza, governador da Capitania de São Paulo a Martinho de Melo e Castro, tratando de assunto administrativo, como a transferência de pôsto e lugar do Capitão de Granadeiros da Vila de Jundiá para Capitão-mor e Regente da Praça dos Prazeres de Iguatemi vaga desde o falecimento de João Martins Barros. Com o capitão vão como voluntários muita gente inclusive o capitão Caetano José Soares. São Paulo, 11 de janeiro de 1773. Original.

- 13). — Bilhete de D. Luís Antônio de Souza a Martinho de Melo Castro, pedindo ao último para auxiliá-lo a tratar de certos assuntos com o Vice-Rei, visto ter temperamento especial; assim o serviço do reino transcorreria melhor. São Paulo, 11 de janeiro de 1773. Original.
- 14). — Carta que o conde de Castro Marim escreve ao Secretário-mor do Reino, Sr. João Francisco da Costa, tratando de algumas questões administrativas pessoais que se esqueceram de mencionar no dia anterior quando se encontraram. A carta traz um **post-scriptum**. Sem data. Original.
- 15). — Carta do conde de Castro Marim a João Francisco de Castro, secretário-mor do Reino, tratando de questões administrativas e demonstrando o espirito servil com que acata as ordens do reino. É uma apologia própria. Sem data. Original.
- 16). — Carta que D. Miguel Pereira Forjaz escreve ao conde de Castro Marim em resposta a um officio de 6 de outubro de 1814 que tratava da remessa de umas perdizes à Côrte do Rio de Janeiro o qual foi deferido. Palácio do Govêrno, a 16 de novembro de 1814. Original.
- 17). — D. Miguel Pereira Forjaz em resposta a um officio do Conde de Castro Marim datado de 6 de outubro de 1814 diz que o número de perdizes a serem enviadas à Côrte do Rio de Janeiro, como pedia o officio, era muito pequeno e que não convinha mandá-las pois das 68 caçadas apenas 6 estavam vivas ainda e que na viagem para o Rio podiam morrer sendo portanto desnecessária a remessa. De 6 de dezembro de 1814.
- 18). — Carta que o Marquês de Aguiar envia ao conde de Castro Marim tratando ainda da remessa das perdizes, certificando o recebimento das mesmas pelo navio "Ásia", embora só tenham chegado seis aves vivas. Palácio do Govêrno — Rio de Janeiro a 22 de maio de 1815. Original.
- 19). — Carta escrita pelo Marquês de Aguiar ao Conde de Castro Marim, acusando-o ter recebido o officio datado de 22 de dezembro de 1814 pelo qual se deveria enviar 68 perdizes caçadas, afirmando ter enviado somente 6 porque foram as únicas que estavam em bom estado. Palácio do Govêrno. Rio de Janeiro, 22 de maio de 1815. Original.
- 20). — Carta do Marquês de Aguiar para o Conde de Castro Marim, tratando de um requerimento de Manuel Matias onde fala do Visconde de Vila Nova. Palácio do Govêrno. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1815. Original.
- 21). — Carta escrita por Tomás Antônio Vilanova Portugal, ao conde de Castro Marim, acusando o recebimento do seu officio datado de 18 de novembro de 1816 onde o conde participa o recebimento das Reais ordens que lhe foram mandadas pelo despacho de 6 de setembro de 1816. Palácio do Govêrno. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1818. Original.
- 22). — Escreve Tomás Antônio Vilanova Portugal ao marquês Monteiro Mor tratando de assuntos administrativos e pessoais.

- Palácio do Governo. Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1817. Original.
- 23). — Carta do Conde dos Arcos ao Sr. Manuel José Gomes Loureiro comunicando a não aceitação da exoneração do cargo de secretário do Estado, pedida pelo Sr. Manuel José em requerimento dirigido a El-Rei. Palácio do Rio de Janeiro, 22 de junho de 1819. Original.
- 24). — Carta escrita por D. José, Bispo e Governador da Capitania de Pernambuco a D. Rodrigo de Souza Coutinho, contando a tentativa de assassinato de que foi vítima a sua pessoa e queixando-se do tratamento que lhe davam altas patentes do Reino. O documento é uma verdadeira lição de moral e em síntese defende-se das calúnias dos seus inimigos. Sítio da Soledade, 21 de setembro de 1801. Original.
- 25). — Carta escrita por S. M. D. João VI ao Presidente e demais pessoas que compõe a “Junta do Governo da Província do Maranhão” onde comunica as ordens enviadas ao Marechal de Campo Agostinho Antônio de Faria, comandante de armas da província da Bahia, para suspender as hostilidades que estavam havendo na província da Bahia, pois só poderiam prejudicar o povo e o próprio reino. Recomenda que se trate a honra e manter a segurança dos habitantes. O documento desperta o interesse, principalmente no início, quando D. João VI fala dos seus direitos como majestade. Palácio de Bemposta. Lisboa, 2 de julho de 1823. Original.
- 26). — Carta de Jean François Ravin ao Marquês de Pombal. A carta traz vários sub-títulos tais como “Exposição da conduta da Utilidade de um naturalista peregrino no Brasil” onde mostra as vantagens que teriam os brasileiros, com o comércio se soubessem extrair da terra aquilo que ela fornece. Em, “As qualidades de um naturalista no Brasil”, aconselha e impõe aos naturalistas brasileiros o conhecimento dos povos e a sua aclimação. A seguir dá uma relação das despesas anuais que pode ter um naturalista em terras estranhas. Em um outro parágrafo “Das modas como praticar o naturalismo” mostra os caminhos, operações e atos a seguir depois de chegar ao local. Em síntese demonstra um grande conhecimento botânico e a preocupação de mostrar que o Brasil é rico em plantas medicinais desconhecidas na Europa e que poderiam ser úteis a Portugal. Data de 26 de março de 1774. Original.
- 27). — Três atestados em favor de Jean François Ravin. Viveu no Brasil por 25 anos após os quais foi a Coimbra onde fez conferências e palestras sobre doenças e remédios originais para determinadas moléstias. Essas conferências foram realizadas na Universidade como bem atesta o próprio reitor da mesma, Francisco Miguel de Vasconcelos Almandanini. Outras conferências realizou como médico e conhecedor profundo

de botânica, sobre doenças e medicina geral na Faculdade médica de Coimbra, falando principalmente de plantas medicinais que há no Brasil e que a Europa ainda desconhecia. São referências do Reitor sobre essas conferências realizadas em Coimbra por Jean F. Ravin. Coimbra, 3 de setembro de 1776. Original.

- 28). — Requerimentos de Henrique João Wilckens, que acompanhara a Francisco Xavier de Mendonça nas demarcações e obras da Fortaleza de São José do Macapá, dirigidos ao Marquês de Pombal. 1.º: Pede que o governo lhe pague a maioria dos soldos a que faz jus e que já foram vencidos, à razão de 20 mil réis, a contar do dia do ajuste até a data em que havia sido nomeado para as obras, por Decreto Real. Alega ainda diversos motivos que o fizeram tomar essa atitude. 2.º: Traça um histórico de sua vida como funcionário do governo passando sucessivamente ao posto de soldado, Cabo de Esquadra, Ajudante de Engenheiro, Capitão comandante e como estava em dificuldades financeiras e tendo uma família numerosa pedia que as autoridades o nomeassem ao posto de sargento-mor de Infantaria com exercício de Engenheiro e a soldo dobrado, como acontecia com os outros. 3.º: Requer que S. M. mande pagar, os soldos atrasados, a um Sargento-mor Engenheiro que S. M. havia promovido pelo decreto de 10 de julho de 1761 do posto de Capitão e que assenta praça na provincia do Pará. Que os soldos lhe fôsem entregues no Almoarifado do Pará desde a data do Real Decreto até o dia 18-5-1765 em que o suplente assentou praça. 4.º: Requer ao Rei se digne conceder licença por certo tempo a um seu auxiliar pois sua mulher está sofrendo de um "estupor Universal" e todos os membros e os médicos aconselham banhos minerais em Caldas. E que com a melhora da mesma, que S. Majestade permita retomar o cargo que deixou na mão de um suplente. Pará, 1770. Original.
- 29). — Carta de Henrique João Wilckens ao Marquês de Pombal na qual o elogia chamando-o de restaurador das ciências, artes, comércio, politica esta que tôda Europa terá de reverenciar. Pará, 19 de novembro de 1770. Original.
- 30). — Escreve Henrique João Wilckens ao Marquês de Pombal fazendo um resumo da sua vida e dedicação à Corôa; depois conta achar-se enfêrmo juntamente com sua espôsa e pede, então, ao Marquês licença para passar uma temporada em Caldas para se restabelecer. Pará, 19 de novembro de 1770. Original.
- 31). — Requerimento de D. Francisco de Souza Coutinho endereçado ao Marquês de Pombal no sentido de que seja intermediário para pedir a S. M. que faça com que seu filho que está na idade de prestar o serviço militar assente praça no regimento de um seu tio, pois assim estará aos cuida-

- dos do mesmo que o livrará das más companhias, mesmo porque o moço está estudando no colégio dos Nobres e encaminhado para uma brilhante carreira e as más companhias poderiam corromper a sua índole, daí pedir humildemente este auxílio. São Paulo de Assunção — África, 4 de abril de 1771. Original.
- 32). — Carta de D. José Rodrigues Bahia ao Sr. Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, tratando de assuntos administrativos em São Paulo de Assunção (África) ou sejam o comércio negreiro e a navegação naquele pôrto de escravos, situação econômica da cidade, assim como também indica certos caminhos para facilitar a transação comercial entre Portugal e a localidade africana. Alega ainda que está sofrendo de uma enfermidade perniciosá e que envia juntamente com a carta um atestado de comprovação de sua doença, expedido por João Alves Sant'Ana. São Paulo de Assunção — África, 15 de junho de 1757. Original.
- 33). — Atestado que o cirurgião anatomista João Alves Sant'Ana envia em favor de D. José Rodrigues Bahia, na carta que este escreve ao Secretário de Estado José de Carvalho e Melo. Afirma pelo atestado que o dito D. José Rodrigues Bahia se achava enfêrmo e termina "o que juro aos Santos Evangelhos e o farei em juizo se necessário o for". Vem com a firma reconhecida de São Paulo de Assunção — África, 11 de junho de 1757. Original.
- 34). — Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania de São José do Rio Negro, ao conde de Oeiras, tratando de assuntos administrativos. Essa carta e as duas seguintes que se seguem do mesmo expedidor, vem acompanhadas de mapas e certidões. Barcelos, 20 de agôsto de 1770. Original.
- 35). — Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania de São José do Rio Negro ao Conde de Oeiras, tratando de assuntos de administração local e referências a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Acompanha a carta um mapa da tropa aquartelada naquela capitania. Barcelos, 20 de agôsto de 1770. Original.
- 36). — Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania de São José do Rio Negro, escreve ao conde de Oeiras, referindo na carta ao mapa enviada e trata do seu govêrno, dos seus feitos, da regimentação de almas na provincia, o desenvolvimento da mesma, conforme os mapas. Aproveita para alegar doença, falta de recursos na região para se curar e termina solicitando o seu regresso para Portugal. Barcelos, 20 de agôsto de 1770. Original.
- 37). — Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania de São José do Rio Negro, ao Conde de Oeiras acusando o recebimento da lei de 18 de agôsto de 1769 e alegando ainda que estão em seu poder os dois memoriais da dita lei. Barcelos, 20 de agôsto de 1770. Original.

- 38). — Edital de Joaquim Tinoco Valente, escrito por Francisco Xavier de Andrade, tabelião público judicial na Vila de Barcelos, tratando do mesmo assunto do documento anterior. Barcelos. Sem data. Original.
- 39). — Edital de Joaquim Tinoco Valente, escrito por Francisco Xavier de Andrade, tabelião público judicial na Vila de Barcelos, e no qual êle certifica ao povo as resoluções tomadas pelo governador da provincia com respeito às ordens recebidas de seus superiores. Barcelos. Sem data. Original.
- 40). — Carta de Frei Ignácio de Santa Rita Quintanilha, provincial do convento do Carmo do Rio de Janeiro, dirigida ao Marquês de Pombal, congratulando-se por si e por tôda provincia religiosa pela elevação do titulo de Marquês de Pombal. Datado de 2 de janeiro de 1771. Original.
- 41). — Carta de Frei Ignácio Santa Rita Quintanilha, provincial do convento do Carmo do Rio de Janeiro, dirigida ao Marquês de Pombal, acusando o recebimento da carta de 23 de agôsto de 1770 sôbre algumas ordens administrativas aos provincianos, tais como limites onde se devem manter, 21 de dezembro de 1770. Original.
- 42). — Frei Inácio de Santa Rita Quintanilha, provincial do convento do Carmo do Rio de Janeiro escreve ao Marquês de Pombal acusando o recebimento das ordens enviadas e afirma ainda que já deu conhecimento a tôda Ordem para que não se alegue ignorância. 21 de dezembro de 1770. Original.
- 43). — Certidão que Frei Manuel Boa-Ventura, Secretário da Provincia envia ao Marquês de Pombal. Acompanha a carta de Frei Inácio de Santa Rita Quintanilha, datada de 21 de dezembro de 1770, dando conta das atitudes tomadas na provincia com respeito às ordens expressas pelo Marquês de Pombal. 21 de dezembro de 1770. Original.
- 44). — Carta do Marquês de Lavradio, ao Marquês de Pombal, tratando de assuntos administrativos, principalmente de assunto com respeito à remessa de prestação de contas. Rio de Janeiro, 26 de março de 1773. Original.

(Continua no próximo número).

MYRIAM ELLIS

Assistente da Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.